

SURTO, EPIDEMIA E PANDEMIA: DISCURSOS DE AUTORIDADES BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA (IN)CERTEZA

Carlos Alexandre Molina NOCCIOLI¹
Carlos José MARTINS²

Resumo

Neste artigo buscamos analisar a construção discursiva do conhecimento a partir de argumentos de autoridades difundidos pela mídia em momentos de crise sanitária, designadamente, o surto de microcefalia correlacionado à epidemia de Zika no Brasil e a circulação do novo Coronavírus no país. Para tanto, utilizamo-nos do arcabouço teórico da Análise do Discurso, apoiados sobre um pano de fundo filosófico, a fim de refletir sobre as circunstâncias de produção dos discursos, conformados a partir de regras anônimas e históricas, observando-se sua condição de emergência em dado tempo e espaço, como prática que relaciona a língua a outras práticas no campo social.

Palavras-chave: Zika e Microcefalia; Covid-19; Argumentos de autoridades; Análise de Discurso.

Outbreak, epidemic and pandemic: discourses by Brazilian authorities in the context of (un)certainly

Abstract

In this work we seek to analyze the discursive construction of knowledge based on the arguments of authorities disseminated by the media in times of health crisis: the outbreak of microcephaly related to the Zika epidemic in Brazil and the circulation of the new Coronavirus in the country. Therefore, we use the theoretical framework of Discourse Analysis, supported on a philosophical background, in order to reflect on the circumstances of the production of discourses, conformed from anonymous and historical rules, observing their emergency condition in a given time and space, as a practice that relates language to other practices in the social field.

Keywords: Zika and Microcephaly; Covid-19; Authorities' speeches; Discourse Analysis.

Depois da crise, a crise

No final do ano de 2015, foi identificada, como novidade, a circulação de um patógeno no Brasil, o tão midiaticamente divulgado vírus da Zika. No mesmo período, o

¹ Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), carlos.noccioli@ifsuldeminas.edu.br.

² Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), carlos.j.martins@unesp.br

país assistia a um surto de microcefalia em recém-nascidos. Aventou-se, à época, a possibilidade de correlação entre os dois eventos, o que engendrou um contexto de incertezas acerca de seus danos e de ansiedade na busca por novas informações científicas em torno do tema. Quatro anos depois, a humanidade testemunharia uma crise em saúde pública de dimensões globais: uma pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Sob essas conjunturas de aflição tecidas com os fios da imprevisibilidade, autoridades de diversos âmbitos, tais como o científico, o político e o jurídico, são incitadas a legitimar informações divulgadas pela imprensa. Espera-se desse tipo de referência algum posicionamento norteador que contribua na gerência da população.

Este trabalho dedica-se a uma análise em torno do tratamento linguístico-discursivo de informações sobre crises da área da saúde, especificamente, o surto de microcefalia relacionado à epidemia de Zika – sobretudo durante o estado de Emergência em Saúde Pública declarado no Brasil – e a pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, sentida, com efeito, em 2020 no país.

Com esse intuito de pesquisa, identificamos uma série de argumentos de autoridades, procedentes de diversos âmbitos, em especial, dos âmbitos científico, político e jurídico, reportados em portais de notícias pela internet. Fundamentamo-nos, para tanto, no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso, com o fim de examinarmos os recursos linguístico-discursivos praticados nos discursos de autoridades referentes aos temas em questão. Para apoiar essa análise, amparamo-nos sobre um pano de fundo filosófico, cuja visão constitutiva do discurso contribui para entender objetos de conhecimento, sujeitos, relações sociais e estruturas conceituais, na interdependência das práticas discursivas, levando-se em conta as condições sociais, históricas e a vinculação dos enunciados a determinado tempo, lugar e localização institucional.

Faz-se interessante um estudo sobre o tratamento linguístico-discursivo dado às informações sobre saúde na mídia on-line, sejam elas as relacionadas à associação entre a circulação do vírus da Zika no Brasil e o repercutido aumento de casos de microcefalia no país, sejam elas à crise provocada pela Covid-19, cuja proporção se estende por todo o mundo. Esses adventos suscitam discussões polêmicas e, conseqüentemente, estratégias de modalização do discurso, a fim de que, em seu contexto, se pondere acerca da ressonância que as notícias podem causar, tendo-se em

vista a atmosfera de incerteza em torno do tema, de desconhecimento sobre tais fatos novos.

Necessariamente, aceitamos que, no âmbito dos estudos discursivos, não se podem negligenciar as circunstâncias de produção, uma vez que a noção de discurso, consoante ao diapasão das reflexões foucaultianas, conforma-se como um “conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008³, p.136). A partir dessa perspectiva, uma proposta para a configuração do *corpus* de análise seria o estabelecimento deste, levando-se em conta notícias on-line de portais de notícias como *G1* e *UOL*, alusivas à associação do vírus da Zika com a microcefalia – observadas durante o período de Emergência em Saúde Pública declarada pelo governo, vigente de novembro de 2015 a maio de 2017 – e à identificação de circulação do Coronavírus no Brasil – notadamente a partir de 26 de fevereiro, quando foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no país. A questão temática central que pretendemos discorrer aqui refere-se, portanto, ao processo que caracteriza a divulgação de informações em termos de estratégias linguístico-discursivas utilizadas na difusão de temas relacionados aos casos Zika/microcefalia e Coronavírus, na mídia on-line brasileira, especialmente içada pelas vozes de autoridades das quais se valeram os jornalistas, uma vez que o conhecimento se exhibe sob determinada perspectiva.

Como estratégia própria do jornalismo de divulgação do conhecimento, concentramos, pois, nosso olhar nas vozes de autoridades, presentes nas notícias que compõem o *corpus*, dada a submissão do conhecimento à determinada perspectiva, plantado no caráter polêmico e estratégico do terreno público. Analisaremos, assim, enunciados que integram discursos de autoridades. Ou melhor, visamos a focar o apelo, por parte do jornalista, à voz de alguma autoridade, com sua devida reputação apontada, interessado em validar o discurso em divulgação. Esses argumentos se configuram como uma relevante estratégia a ser analisada, uma vez que a constituição de um campo do saber envolve, indispensavelmente, relações de poder de uma sociedade. Daí a necessidade de se colocar em evidência o domínio do perito, no exercício da transmissão do saber. Tal especialista detém nome, título e cargo que o diferenciam dos não-especialistas, dos não-legitimados, determinando, para estes

³ Original em francês, “*L'Archéologie du Savoir*”, publicado em 1969.

últimos, papéis já preestabelecidos. Em balizas foucaultianas, poderíamos arriscar a dizer que se exerce a autoridade do poder, por saber. Ao domínio do perito atribui-se o domínio do discurso. E o discurso traduz não só esse sistema de dominação, mas o próprio poder pelo qual se luta (FOUCAULT, 2014⁴).

O argumento de autoridade

Ao fazer circular uma diversificada gama de discursos, a mídia reúne múltiplos atores envolvidos em dada informação científica divulgada. As opiniões reportadas desde a de peritos técnicos, até a de gestores de Estado acabam que por estruturar um jogo polifônico de pontos de vista procedentes de diversos âmbitos, o que arranja, obviamente, um complexo quadro sobre o conhecimento em discussão.

Cabe-nos aqui, portanto, ressaltar a estratégia divulgativa que se estabelece a partir do emprego dessas vozes trazidas pelos jornalistas, designadamente, a estratégia de utilização de *argumentos de autoridades* na validação de informações taticamente apresentadas no discurso divulgativo.

Apontamos, de início, o trabalho do analista do discurso Fiorin, cuja obra (2016) focada em divulgar a estratégia da persuasão faz ilustrar-se a dimensão argumentativa do discurso, apresentando-nos conceitos importantes da retórica e da lógica, especialmente aqui em discussão o chamado *argumento de autoridade* ou *argumentum ad verecundiam*⁵. Fiorin (2016, p. 176) pontua que “o objetivo [desse tipo de argumento] é levar a plateia a aceitar um ponto de vista, baseando-se na autoridade de quem enuncia, no seu conhecimento especializado, na sua credibilidade ou na sua integridade pessoal”.

Fiorin (2016) exhibe duas possibilidades de autoridades invocadas quando da tentativa de validação do discurso: a autoridade que está na ordem do saber e a que está na ordem do poder. A primeira refere-se à ordem do perito, do especialista; a outra, daquele que exerce o comando, a gestão. Importa-nos expor aqui esse apontamento feito por Fiorin em torno da interessante relação entre saber e poder. Mas importa-nos, mais ainda, sublinhar que, para Foucault, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (1996, p. 30). Em outras palavras, convém-nos conduzir nosso olhar

⁴ Obra referente à aula inaugural proferida por Foucault em 1970 no *Collège de France*.

⁵ Segundo Fiorin (2016), “foi o filósofo John Locke quem deu esse nome à estratégia de valer-se da chancela de uma autoridade respeitada ou de um especialista num dado assunto para sustentar seu ponto de vista” (LOCKE, 1988 apud FIORIN, 2016, p. 176).

analítico, frente às questões relacionadas à procedência de dada autoridade, considerando como entrelaçadas a relação de poder e a constituição de saber.

No jornalismo científico é recursivo que cientistas sejam invocados para falar ao grande público, falar às pessoas em geral, mas também pode haver a presença recorrente de figuras políticas a fim de “que reconheçam o impacto social que esses conhecimentos científicos podem ter” (FERRERO, 2011, p. 93). Essa autora levanta, não obstante, questões críticas significativas em torno dessa composição do texto jornalístico, ao se considerar a voz outorgada aos agentes envolvidos, tais como a razão do protagonismo atribuído a certa autoridade, a identificação das vozes apresentadas e, claro, os sentidos que reverberam das suas palavras.

São pontos marcantes, já que podem nos balizar no entendimento das reações e dos efeitos que dada notícia é capaz de ter sobre o público. A título de ilustração e citando possibilidades, alguns elementos que contribuem para a montagem de uma cena mais verossímil – em torno de dada demanda posta em evidência – têm que ver com: a apresentação da instituição a que pertence dada autoridade, do cargo que exerce, do prestígio social atribuído a sua figura, enfim, com a apresentação de outros atributos a mais que possam se fazer significativos no contexto em questão.

Argumentos individualizados na voz da autoridade

Quando nos referimos às vozes individuais, esperamos assinalar aqueles discursos que, mesmo institucionalizados, ou em situação de representação institucional, exibem-se em enunciados individualizados, lançando-se de forma mais personalizada.

Vale dizer que, muitas vezes, e isso é, deveras, recursivo, além de responderem como uma representação coletiva, as vozes individuais podem se apresentar a partir de enunciados marcados por indicadores institucionais, afinal, o apontamento acerca da instituição a que pertence dada autoridade é uma das marcas elementares no argumento para atribuir credibilidade à informação.

Em outras palavras, tendo em vista a responsabilidade que se atribui ao perito, ou seja, ao indivíduo que pessoalmente assume um comprometimento sobre o que diz, a personalização do argumento de autoridade se caracteriza como uma estratégia para conferir maior confiabilidade à informação divulgada. Não obstante, em via de mão

dupla, a filiação desse perito a uma instituição é capaz de proporcionar, outrossim, maior anuência a sua voz.

Enunciados de autoridades: de epidemia à pandemia

Os enunciados sobre os quais passaremos a refletir – como ambiente circunstancial que são para as vozes individuais das autoridades – apresentam marcas textuais que os caracterizam como discursos de indivíduos peritos, isto é, caracterizam-nos não como discursos coletivamente institucionais, mas como discursos vivamente singulares e distintivos.

Para além disso, esses enunciados conduzem discursos mais pessoais, assumindo, inclusive, marcas de primeira pessoa. A utilização dessas marcas se dá sob diferentes tipos de lexicalização. Examinaremos algumas referências dêiticas que abalizam o papel do enunciador-autoridade em enunciados extraídos de portais de notícias pela internet. Em outras palavras, examinemos enunciados que foram produzidos por autoridades, mas trazidos à notícia por jornalistas.

Nessa expectativa, iniciaremos nossas observações em torno dos processos lexicais realizados a partir de verbos. Por fim, focaremos no engajamento de dada autoridade ao apresentarem seus argumentos, identificando certos tipos distintivos de inserção do enunciador recorrentes no conjunto de enunciados estudados.

Modalidade: atitude do enunciador perante o enunciado que (re)produz

Em seu trabalho sobre argumentação e linguagem (2006), a autora Koch ressalta o enfoque linguístico dado a elementos – não tão-somente lógicos – que compõem os processos de comunicação. Modalidades e valores são, portanto, intercambiáveis entre locutor e interlocutor. Alexandrescu considera que a modalização utilizada por dado locutor, que marcará sua atitude frente ao enunciado destinado a seu interlocutor, suporta pelo menos duas questões capitais: o que o locutor sabe a respeito do tópico em questão e o grau de engajamento com relação ao tema, em mais ilustrativamente: seus interesses, suas preferências, as normas sociais sob as quais está amparado, o que precede, ou ainda, o que pretenderá a seguir com sua enunciação (ALEXANDRESCU, 1996, apud KOCH, 2006).

Nesse sentido, o enfoque da teorização de Alexandrescu situa-se no fato de dada proposição determinar a validade da modalidade “saber”, mas não necessariamente da

modalidade “crer”, o que inclui dizer que o locutor pode ter razões desconexas da verdade objetiva de suas asserções ao anunciar seu saber, ao anunciar sua opinião.

Vale apontar o destaque dado por Koch (2006) à discussão de Alexandrescu, em que se sustenta a não equivalência entre enunciados explícitos e não explícitos das modalidades do saber e do crer. Melhor dizendo, na visão do autor, as modalizações do saber e do crer sempre estão contidas em quaisquer enunciados, já que se são condição necessária do ato de comunicação, isto posto, a questão em debate é se aparecerão ou não explicitamente nos textos.

Segundo Koch, ao não apresentarem marcas de modalidades, não se pode dizer que o texto seja epistemicamente neutro. Ou seja, os textos podem ser lidos sempre sob a tutela da opinião, do saber do enunciador. Resta-nos duas interpretações, a julgar pela explicitude ou implicitude das marcas: “ou a enunciação pertence a um discurso autoritário (eu sei, portanto é verdade) ou a um discurso de tolerância (eu creio, portanto é possível)” (KOCH, 2006, p. 82).

No entanto, Koch assinala que sempre haverá traços nessa ocultação da modalidade epistêmica, ou seja, a enunciação permanecerá, ainda que implícita a marca, num “fingimento” de neutralidade, como se não se manifestasse, o locutor, atitude alguma perante seu ato, “fingindo” ser objetivo o enunciado: “Pode-se conceber sem dificuldade um sujeito de enunciação que, a despeito de suas informações insuficientes, inclina-se a dizer **eu sei que** no lugar de **eu creio que**, por um auto de autoridade ou por bravata” (KOCH, 2006, p. 83, grifos da autora).

Para a autora (ibidem), a retórica pode promover o deslizamento do enunciado entre as modalidades, entre o discurso tolerante, ou polêmico, e o discurso autoritário, aplicável em conformidade com as relações estabelecidas entre locutor e interlocutor, nos casos em que convém ao enunciador “mascarar sua hesitação para tornar seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor (ou vice-versa)”. Nessa continuidade, a reboque de Ducrot e Anscombre (1976), no guarda-chuva das modalidades crer e saber, postula-se ser o ato linguístico constituído pelo ato de argumentação.

A forte presença da primeira pessoa

Os verbos são produtivos elementos na condução de argumentos, o que pode levar a percepção por parte do interlocutor de um ponto de vista assumido pelo locutor. Discutamos, então, em especial, algumas lexicalizações das modalidades por meio de

verbos que trazem à tona a presença marcante do enunciador nos discursos reportados. As autoridades levadas ao texto divulgativo manifestam atitude e intenção ao produzir seus enunciados. Tal atitude e tal intenção são materializadas, muitas vezes, por atos ilocucionários. Começamos, primeiramente, a destacar alguns verbos de atitude proposicional significativos desse processo.

A presença explícita de alguns operadores modais no discurso divulgativo merece atenção especial – ainda que a ocultação das modalidades não implique necessariamente a neutralidade do texto. Em destaque, centramo-nos nos enunciados em que as modalidades do “saber” e do “crer” aparecem bem marcadas.

Na esteira da contribuição oferecida por Koch (2006), percebemos que, por meio de leituras distintas conforme tais modalidades, a enunciação poderia tender a um discurso autoritário ou a um discurso de tolerância. Em outras palavras, no caso do “saber”, se “eu sei, portanto é verdade” e, já no caso do “crer”, se “eu creio, portanto é possível” (p. 82). Concebemos, desse modo, que o “saber” leva-nos ao entendimento de certa *convicção* acerca da verdade, e o “crer”, de certa *hesitação*⁶ perante as opiniões expostas.

Cromatizando-se os verbos e seus efeitos de sentido a partir da base “saber” e “crer”, consideramos, ainda, emergentes de dentro *corpus* por nós reunido, relacionado à discutida correlação entre microcefalia e o vírus da Zika, o verbo “ver”, por exemplo, na expressão “embora [...] a gente veja” do enunciado (01) e o verbo “descobrir”, do enunciado (02), como mais próximos de “saber”, da mesma maneira que o verbo “achar”, patente nos enunciados (06) e (07), como mais próximo da acepção de “crer”.

Em (01), a questão da dúvida é aventada por uma profissional da saúde como algo atribuído ao senso comum, já que somente o crivo do saber técnico poderia ser capaz de, efetivamente, “ver” evidências:

(01) "Isso pode colocar muitas dúvidas sobre se a zika é realmente a causa, embora a gente, enquanto profissional, veja que há evidências que fortalecem cada vez mais a hipótese de a zika estar relacionada à microcefalia", diz Maria Ângela [médica Maria Ângela Rocha, chefe do setor de infectologia pediátrica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco] (zika2-02-16-G1).

⁶ Na tese de doutorado intitulada “Vírus da Zika e microcefalia: discursos de autoridades na mídia brasileira on-line” (NOCCIOLI, 2020), defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, da Unesp, foi possível comprovar a retroalimentação do discurso de divulgação científica em função da publicação de informações acerca de um conhecimento não consolidado. A oscilação entre o polo da *hesitação* e o da *convicção* configuram-se força motriz do texto midiático de divulgação científica, pelo menos é o que se pôde observar a partir do *corpus* de notícias relacionadas à correlação aventada entre microcefalia e Zika vírus.

O argumento da médica Maria Ângela Rocha é trazido a uma notícia que trata de uma mudança relacionada à forma de divulgar casos de microcefalia. Até aquele momento, o Ministério da Saúde divulgava número de casos com relação comprovada com Zika. Posteriormente, a pasta passou a considerar que a maioria dos casos teriam relação com vírus. Essa inconstância das informações divulgadas impelem a autoridade técnica a negar desconfianças que pudessem haver em torno da correlação Zika e microcefalia. Há em tal discurso o estabelecimento de uma discriminação entre a esfera do técnico e a esfera do leigo, através da qual se assinala o domínio do “saber” e a capacidade de “ver evidências” como atributos específicos do campo científico, relegando-se ao senso comum o campo da dúvida, da confusão.

Ainda no mesmo esforço de se persuadir o interlocutor por meio da exposição de um saber descoberto, em uma outra notícia, uma médica e autora de um estudo apresenta dados da sua pesquisa a partir de um verbo em primeira pessoa:

(02) “[...] descobrimos que mais de 40% dos bebês com microcefalia testaram positivo para o Zika, e nenhum no grupo de controle. A presença de anticorpos para o vírus no líquido cérebro-espinhal indica infecções no sistema nervoso, mas nem todos os casos de microcefalia apresentaram anomalias no cérebro”, explica [médica Thália Velho Barreto de Araújo, da Universidade Federal de Pernambuco, uma das autoras do estudo] (zika5:09-16/G1).

A aceção do verbo “descobrir”, conexas ao campo semântico de “mostrar”, “constatar”, “desvendar”, “solucionar”, “esclarecer”, enfim, trazer luz a uma questão até então obscura, robustece o caráter convicto em torno dos dados divulgados. A divulgação dos dados da pesquisa através da voz de uma das autoras contribui para a composição de um quadro do atual estágio do desenvolvimento científico de seu tempo: dotado de informações truncadas, limitadas, mas em constante processo de elaboração.

De modo explícito e autônomo, o verbo “saber” pode ser utilizado para conferir uma condição deliberativa a dado conhecimento já alcançado. Ou ainda, conferir tal condição deliberativa ao que já é conhecido, ao que já é definido:

(03) "Esse é um desafio muito importante, não só do Brasil mas também de toda a comunidade internacional, que é pesquisa, desenvolvimento e inovação para assegurar que esse combate se dê em todos os níveis. Sabemos que a transmissão do zika se dá pelo mosquito Aedes. Mas o restante do nosso conhecimento ainda está aquém do necessário para que possamos proteger com eficácia a saúde da população. Estamos, todos nós, correndo contra o tempo para conhecer melhor esse vírus que se espalhou em uma velocidade

surpreendente, extraordinária, espantosa", declarou a presidente Dilma Rousseff (zika3:03-16/G1).

O argumento da presidente da República à época segue um roteiro representativo de um chefe de Estado: ela destaca a importância em torno da problemática, aponta as áreas nas quais, evidentemente, se deve investir para se obterem soluções e declara já estar, o Estado, atuando na busca por esses objetivos. Em termos divulgativos, no entanto, a única informação científica apresentada pouco acrescenta no sentido de tranquilizar a população. Precisamente, tal informação é a que já é “sabida” pela autoridade e que, se pressupõe, já é também sabida pelo senso comum.

Numa trilha mais própria à divulgação científica acerca do que, especificamente, se encontra em estágio de desenvolvimento e que, de fato, poderia impactar a sociedade, o enunciado de uma autoridade, agora a partir do âmbito científico, atrelado a uma notícia de setembro de 2016, versa sobre testes de uma vacina de Zika que estariam prestes a ocorrer em seres humanos:

(04) “É uma tecnologia absolutamente revolucionária, mas a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida. Porque nós temos que proteger a mulher grávida”, disse Kalil [Jorge Kalil, diretor do instituto Butantan] (zika6:09-16/G1).

Mais uma vez, desde a perspectiva da primeira pessoa, a autoridade exhibe o que é, por ora, posto e sabido pelos indivíduos técnicos, ou seja, que tal vacina em discussão não causa problemas às grávidas, dada a tecnologia “revolucionária” que envolve a elaboração desse preparado imunológico.

A tecnologia referida pelo diretor do instituto Butantan sustenta-se à base da produção sintética de um fragmento de DNA. O que nos chama mais atenção, no entanto, é a construção adversativa utilizada no argumento, através da qual, contrapõem-se duas proposições conectadas pelo operador “mas”: (i) “É uma tecnologia absolutamente revolucionária”, “mas (ii) a gente sabe que não tem nada de infeccioso e que não causa problemas para a grávida”. Em outras palavras, a construção adversativa introduz a ideia de que essa tecnologia revolucionária não apresentaria riscos a gestantes, pressupondo-se que, de alguma forma, certo tipo de tecnologia poderia apresentar. Ou, em verdade, no senso comum, acreditar-se-ia que tal tecnologia possa apresentar.

Subentende-se que, talvez, popularmente poder-se-ia existir a crença em uma suposta nocividade relacionada às vacinas. Entretanto, os técnicos e peritos “sabem” que essa é uma falsa questão, inclusive, apresenta-se que o intuito seja justamente o contrário, ou seja, o de “proteger a mulher grávida”.

No contexto histórico conexo à crise em saúde pública, quando passou-se a discutir exaustivamente no país a possível relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, diversos ruídos, cujas fontes são de difícil identificação e cujos fundamentos são muito questionáveis, foram aventados no espaço público. Dentre eles, destaca-se um muito difundido na internet, qual seja o de que o crescente número de casos de microcefalia estaria vinculado a um lote vencido de vacinas contra rubéola aplicadas em gestantes no Nordeste⁷, contexto esse que toma a forma de uma espécie de Neorrevolta da Vacina.

Importa-nos mostrar, aqui, no discurso do diretor do instituto Butantan, a interdependência discursiva de seu enunciado com as especificações sócio-históricas da ordem do dia, ou seja, interessa-nos perceber que o argumento de autoridade traz à baila uma discussão sobre saúde pública em meio a constantes questionamentos levantados pela população. A atitude discursiva de Jorge Kalil é a de um enunciador que se antecipa aos prováveis questionamentos em torno de supostos malefícios sobre mulheres grávidas, ponto central de convergência de toda a polêmica. Como evento histórico que é, seu discurso está estritamente ligado ao não discursivo, ligado ao sentido que, na enunciação, se produz unicamente. Por fim, seu discurso está ligado a tudo aquilo que se pode dizer, sem que seja dito.

De modo geral, há um notório esforço da voz de autoridade, claro que não só no enunciado (04), mas em todos os outros que marcam fortemente a presença do “eu sei”, ou, que seja, do “nós sabemos”, e todos seus correlatos identificados, em se exibir de modo crível, cabível. Há um empenho do locutor em fazer prevalecer seus argumentos sobre a opinião do senso comum. Nesses casos, destaca-se um patente envolvimento do locutor na enunciação que se materializa em construções na primeira pessoa.

Enunciados relativos aos argumentos de autoridade podem se ostentar por meio de discursos autoritários, quando conformados em torno de sentidos como o das evidências, o das constatações, o das certezas. Nesses termos, profissionais da saúde, chefe de Estado e cientistas expõem seu “saber”, empenhando-se em promover uma adesão de seu interlocutor ao fato “incontestável” que se apresenta, já que o discurso é concebido pelo próprio enunciador como uma verdade determinada.

⁷ Verifica-se a veiculação de notícias e reportagens durante o período que giram em torno dessas questões, buscando esclarecimentos dos especialistas. Um exemplo dessa presença nos portais de notícias é a reportagem “Microcefalia não tem relação com vacina de rubéola; veja boatos”, que pode ser acessada pelo link: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/12/microcefalia-nao-tem-relacao-com-vacina-de-rubeola-veja-boatos.html>. Destaca-se mais uma vez o papel fundamental das mídias na disseminação de informação e desmitificação do senso comum.

Nessas enunciações por meio de um discurso, portanto, mais autoritário, os locutores mascaram possíveis traços de *hesitação*, já que seus enunciados são revestidos de uma atitude sobre a verdade que se representa como incontestável, produzindo efeitos de sentido mais próximos à *convicção*. Essa modalidade pode colorir seus enunciados de modo mais aceitável ao público, já que o interlocutor de um texto de divulgação científica, não por acaso, procura se ancorar num discurso mais seguro em torno do conhecimento divulgado.

Diferentemente dessa atitude proposicional identificada, deparamo-nos, no *corpus* em análise, com argumentos, também em primeira pessoa, em que não se mascara dada atitude de *hesitação*. Ao contrário, nesse tipo de enunciação, os locutores engendram discursos mais “tolerantes”, ou ainda, mais polêmicos, já que podem ser apresentadas, através deles, verdades contestáveis. Isso se dá a partir da introdução de opiniões que se materializa em verbos de atitude proposicional, tais como “Eu creio”, patente no enunciado (05), e “[eu] Acho”, nos enunciados (06) e (07).

Ao examinar o enunciado (05), em que a autoridade técnica discorre sobre o protagonismo do Brasil em torno da relação entre microcefalia e Zika, podemos perceber que, com um menor grau de engajamento ao que é dito, dada autoridade, chefe da delegação brasileira no Encontro da Organização Mundial de Saúde, expõe um prognóstico pessoal em torno do que se enfrenta e se desenvolve no Brasil, no sentido de como isso poderia alcançar colaborativamente os demais países latino-americanos. Tendo em conta o contexto sócio-histórico, vale ressaltar que a enunciação se dá em um encontro de proporções internacionais, exigindo-se do representante uma apreciação que, de algum modo, aponte para a interlocução com outros países:

(05) "Eu creio que os países que só agora estão identificando a circulação do zika vírus, no caso os nossos vizinhos na América Latina, se beneficiarão bastante da experiência que o Brasil vem acumulando em como detectar (o vírus) e garantir o cuidado desses bebês (com microcefalia)", avalia Barbosa [Jarbas Barbosa, chefe da delegação brasileira no Encontro Executivo da Organização Mundial de Saúde, em Genebra] (zika1:01-16/G1).

A mesma marcação de distanciamento com a qual se coloca o enunciador frente ao seu enunciado, no sentido de que há certa *hesitação*, ou demonstração de que tal argumento represente um ponto de vista pessoal – “[Eu] Acho que a prevenção [...] é a nossa maior arma contra o mosquito” –, pode ser identificada no discurso da neurocientista Patricia Garcez:

(06) Estas descobertas, no entanto, não tiram a obrigação de cada um no combate ao mosquito causador da zika, dengue e chikungunya. "Que as pessoas não fiquem esperando um medicamento e deixem de se proteger, não. Acho que a prevenção nesse caso, com certeza, é a nossa maior arma contra o mosquito. Contra o vírus da zika a gente precisa se proteger contra mosquitos", conclui Garcez [neurocientista Patricia Garcez] (zika4:05-16/G1).

Todavia, chama-nos atenção, em particular, a expressão “com certeza”, associada à modalidade “[eu] Acho”. Embora aquela, por excelência, seja uma recursiva expressão de afirmação e de *convicção*, tal expressão pode marcar o sentido de probabilidade, de possibilidade no contexto específico, pelo menos na opinião da autoridade científica. Não obstante, dada a patente situação de oralidade da qual se extraiu o argumento, podemos considerar como marcadores conversacionais tanto o elemento típico da fala “[eu] Acho”, quanto o “com certeza”. Este último, popularmente utilizado como expressão de veemência em textos falados. Com efeito, independentemente dos sentidos mais literais inerentes às expressões empregadas, a construção utilizada pela autoridade não deixa e se configurar como uma construção, em certa medida, de *hesitação*.

Nessa mesma esteira, no argumento de autoridade em exposição no enunciado (07), através de um enunciado procedente do âmbito jurídico, a presidente do Supremo Tribunal Federal trata da possibilidade de se avaliar uma ação acerca da liberação do aborto em caso de infecção pelo vírus da Zika, dada a microcefalia como potencial consequência:

(07) "Tenho trabalhado nisso. Esse é um caso sério [...] Estamos de novo chegando no final de ano. Acho que dá [para levar ao plenário], a cautelar...", afirmou a ministra [Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal], que também é relatora da ação, em referência à medida liminar (decisão provisória) pedida na ação (zika7:09-16/G1).

Embora vise demonstrar certo empenho sobre o caso em análise, expresso em “Tenho trabalhado nisso”, a ministra exime-se de apresentar uma data específica e definitiva para o fim da tramitação da ação, atitude essa que se lexicaliza a partir da modalidade em primeira pessoa “acho que dá”.

À presidente da Corte e, ao mesmo tempo, relatora do caso, cabe um discurso de *indeterminação*. Ademais, talvez haja uma espécie de liberdade concedida ao interlocutor, por parte da enunciativa, quanto a aderir ou não ao discurso em pauta, já que o enunciado encerra, em si mesmo, uma argumentação à base da crença. No entanto, independentemente do tom vacilante relativo aos prazos dos trâmites da ação

na Suprema Corte, dado poder será exercido quando a decisão for levada a cabo. Em outras palavras, a despeito de dada hesitação, a opinião final da autoridade é essencial para uma mudança do estado de coisas.

Essa atitude proposicional, materializada pela modalidade “[Eu] Acho”, poderia configurar tal discurso como um discurso polêmico, tendo em vista a margem de manobra discursiva deixada pelo locutor ao não conceder indicações concretas relacionadas à discussão. Fato é que, sob dado contexto avaliatório, à locutora, parece convir não mascarar sua *hesitação* relacionada ao tempo intrínseco às etapas as quais percorrerá a ação. Esvazia-se, dessa forma, a polêmica do seu irresoluto discurso, transferindo-lhe seu peso próprio à discussão em pauta, afinal, “esse é um caso sério”, o que exige, portanto, todo tempo que for necessário.

Pensando-se globalmente essas três últimas enunciações, os discursos conexos à modalidade do “crer” apresentam-se sob a forma de argumentos não rigorosamente impositivos, apesar de que, nos enunciados analisados, parece-se mais patente o intuito de se promover a adesão do público do que, de fato, outorgar uma liberdade de escolha ao interlocutor. Isso pode ser percebido manifestadamente no enunciado (06), a partir do *lapsus linguae* “Acho que [...] com certeza”.

Na prática, a expressão da primeira pessoa cujo efeito corrobora para a constituição de uma atitude vacilante do locutor conduz opiniões que são marcadamente pessoais. Ou que, pelo menos, intentam se demonstrar como tal.

De forma mais ampla, o exercício do poder provoca ações que partem das mãos, ou da voz, não só de quem “sabe”, mas também de quem “crê”. Afinal, os efeitos produzidos pelo poder podem proceder da *convicção* de uma autoridade que detém o saber – o que, notadamente, faz impor sobre o alocutário uma incontestável verdade –, ou derivar de praticáveis argumentações baseadas no crer. Fato é que certas avaliações, embora sigam opiniões ou intenções pessoais, conduzem uma atitude decisória suficiente para acarretar impactos, a valer, na população. É, indubitavelmente, o caso de uma autoridade política, a qual detém poder na regência da sociedade. Interessa-nos, sobretudo ao evocarmos o pensamento foucaultiano, mirar esse poder na relação que este se estabelece com o saber de dada autoridade.

Na esteira das crises em saúde pública, é urgente ponderarmos sobre este nosso contexto atual submerso num cenário pandêmico, em especial, a reboque de uma situação mais extensiva imposta pelo novo Coronavírus. Nessa expectativa, não há como refletirmos sobre a pandemia de Covid-19 sem que se considere a (não) atuação

do atual Presidente da República do Brasil. Seus enunciados, praticados em enunciações, quase sempre, aparentemente incabíveis, leva-nos a reconsiderar questões relacionadas à modalização e à modéstia. Esses recursos, apontados por nós como atrelados à utilização da primeira pessoa, provocam um desarranjo no *continuum* estabelecido entre o “eu creio” e o “eu acho”. Já que, para além do “eu achar”, deparamo-nos com um inesperado “eu não sei”.

Muito além do “eu acho”

As autoridades, das quais se ambiciona posicionamento técnico, descortinam avaliações consoante sua própria opinião e intenção de enunciador, constituindo-se, para além de meras marcas de primeira pessoa, fortes expressões da avaliação subjetiva por parte do locutor. Não é comum conjecturar esse tipo de atitude de uma autoridade, ou seja, a população em geral não espera apreciações que sejam conduzidas a partir do “eu acho”, ou do “acredito que”. A expectativa, dentro de uma relativa previsibilidade, no geral, parece estar à baila com efeitos de sentidos conexos a posicionamentos mais técnicos.

O atual representante máximo de Estado do Brasil descontrói essa expectativa, trilhando um caminho distinto. Ele não só pratica discursos que tangem ao imprevisível – quando temos em mente a atitude de uma autoridade –, como também é capaz de levar a cabo esse inesperado.

Ao buscarmos na mídia enunciados do presidente Jair Bolsonaro, sejam eles anteriores à pandemia, tais como os enunciados (08) e (09), sejam eles no decurso da pandemia, tal qual o enunciado (10), o que podemos identificar, sintomaticamente, é a repetição de uma prática que visa ao anti-establishment:

(08) "Pergunta para o Paulo Guedes, eu não manjo nada de economia. Nada. Zero", disse. "Quem manjava, a tal de Dilma Rousseff, arrebitou o Brasil", afirmou, citando a ex-presidente petista (corona1:09-20/UOL).

(09) "Presidente, hoje tivemos mais de 300 mortes [são 113; depois de divulgar, o Ministério da Saúde corrigiu]. Quantas mortes o senhor acha que...", perguntava um jornalista quando Bolsonaro o interrompeu.

"Ô, cara, quem fala de... Eu não sou coveiro, tá certo?", declarou o presidente.

O repórter, então, tentou fazer novamente a pergunta.

"Não sou coveiro, tá?", repetiu o presidente da República (corona2:04-20/G1).

(10) Durante a entrevista, uma jornalista disse ao presidente: “A gente ultrapassou o número de mortos da China por covid-19”. O presidente, então, afirmou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, disse, em referência ao próprio sobrenome (corona3:04-20/G1).

Tomado atenção aos verbos utilizados pelo enunciador, a partir de estruturas negativas tais como “não manjo”, uma variação de “não sei”, “não sou” e “não faço”, podemos perceber uma certa desconstrução do saber inscrita nessa prática discursiva. Ou ainda, reconhecemos um passo mais adiante do polo do “eu acho” no *continuum* entre “saber” e “achar”.

Nesse seguimento, práticas enunciativas como as do “eu não entendo de economia”, do “eu não sou cozeiro” e do “quer que eu faça o quê?” são capazes de gerar sentidos, aliás, para além daqueles associados à figura representativa do anti-establishment. Enunciados como esses constituem mais que um anti-establishment, constituem uma caricatura desse antissistema. Referimo-nos aqui a uma caricatura, em função do exagero de traços, que, em práticas discursivas como essas, são bem marcados e grosseiros. O enunciador, nesses termos, parece ser exatamente o melhor desenho do que não se espera de uma autoridade.

Ao personificar um dos polos que representam agrupamento de campos adversos, tendo em vista, a princípio, a polarização organizada entre o “eu sei” e o “eu creio”, Bolsonaro passa a retratar, enquanto enunciador, o polo não só do “eu creio”, e sua variação o “eu acho”, mas um mais adiante e mais extremo polo, que é o do “eu não sei”.

Considerando, então, esses polos de desacordo próprios de uma polêmica – os quais se organizam, em tal caso, de forma abstrata a partir do confronto entre a atitude que se espera de uma autoridade e o que efetivamente Jair Bolsonaro perpetra – tais práticas discursivas delineadas pela referida autoridade, consoante um confronto verbal, como observadas em (08), (09) e (10), sustentam o roteiro fundamental da polêmica. E Bolsonaro se situa bem marcadamente em uma das duas pontas do embate discursivo.

No entanto, cabe interrogar se estamos a lidar com posicionamentos discursivos que se apresentam de modo antagônico em um cenário político regular do ponto de vista do exercício do poder nas sociedades democráticas. Essa provável estratégia linguístico-discursiva materializada nos enunciados do presidente do Brasil pode muito bem lograr

êxito, se levarmos em conta a promoção de sua imagem de figura pública. Reiteradamente: como pensar a pandemia e não pensar em Jair Bolsonaro?

Recorrendo ao que expusemos em torno das práticas de utilização da primeira pessoa do discurso, o que poderia ser um princípio de modéstia, em Bolsonaro, com efeito, é, para além da *hesitação*, é a extremidade do polo da insapiência – trazendo aqui, ainda, a polémica enquanto polarização. Para além do “eu acho”, e oposto ao “eu sei”, temos o “não sei” de Bolsonaro. Que, longe de ser um efeito de modéstia, parece traduzir-se no ápice (no cúmulo), no (polo) extremo da má gestão. Da indigestão. Ou seja, da própria falta de sapiência, que traz à baila movimentos tais como negacionismos e teorias da conspiração.

A prática de discursos que tendem à fuga dos desconfortáveis fatos que embalam o contexto de uma crise sanitária compõem o protagonista da inabilidade, da incompetência, da incapacidade, enfim, da inépcia. Há nisso o sentido do absurdo ao se pressupor o discurso de uma autoridade.

Ora, mas será que Bolsonaro contraria o binômio foucaultiano saber/poder? Será? Consistirá a autoridade máxima do Executivo brasileiro em simplesmente uma figura desprovida de sapiência? Definitivamente não: há sapiência na estratégia sistemática de construção do personagem. Trata-se de interrogar, a rigor, em que condições pode emergir uma enunciação não ancorada no princípio da autoridade do saber e em que bases pode se dar sua eficácia.

Tal abordagem nos parece fecunda devido ao fato de que Bolsonaro perfaz seus pronunciamentos em condições alheias ao que tipicamente ocorre nos discursos de autoridade. Não obstante, pode-se aferir uma significativa margem de adesão de parte dos segmentos da população. Quando aparentemente se despe da autoridade do saber, Bolsonaro não se aproxima do polo da modéstia. Ele também não se coloca em pé de igualdade enquanto autoridade política com, por exemplos, seus ministros mais técnicos, procurando estabelecer com eles um diálogo, ou mesmo um debate, em torno de outras possíveis variáveis que não estejam sendo consideradas a fim de chegar a um consenso deliberativo.

O conjunto de enunciados subsequentes materializa os embates, desde o início da pandemia no contexto brasileiro, empenhados pelas autoridades ligadas ao governo federal:

(11) Mandetta [ministro da Saúde]: “Sempre técnico, sempre técnico. Sempre científico. Sempre sobre o máximo que a gente puder fazer

para preservar vidas. O Ministério da Saúde mantém seu posicionamento sempre científico, sempre técnico. Procurando mostrar para todos, todos, sem distinção, qual o por que, qual a razão de termos esse posicionamento técnico, científico, o por que estamos assim. E se tivermos que ler e mudar, não temos problema nenhum em falar: ‘podemos fazer com segurança?’ Podemos, faremos. ‘Não podemos fazer com segurança?’, o Ministério da Saúde vai continuar advertindo, orientando, procurando trazer todos para dentro da mesma, do mesmo foco contra o nosso inimigo nesse momento, o número um é o vírus. No momento, a gente deve manter o máximo grau de distanciamento social, para que a gente possa nas regras que estão nos estados, dar tempo para que o sistema se consolide na sua expansão, nós estamos aumentando o sistema, estão chegando equipamentos, a gente tem que aguardar a quantidade de hospitais de campanha que estão sendo ainda construídos em várias cidades” (corona4:03-20/G1).

(12) "Eu posso recomendar (a não aglomeração), não posso viver a vida das pessoas. As pessoas que fazem uma atitude dessa, hoje, daqui a pouco serão as mesmas que estão lamentando", disse [o ministro da Saúde] Mandetta (corona5:04-20/G1).

(13) Na conversa com jornalistas, ele [o ministro da Saúde, Nelson Teich] não escondeu sua surpresa com a alteração na regra de isolamento que foi concretizada pelo presidente. "Saiu hoje isso? Falou agora?", perguntou o ministro ao comentar o questionamento. Ele ainda reconheceu de imediato que não teve qualquer participação no decreto publicado no Diário Oficial da União na edição da última segunda-feira: “Decisão de? Quem é...Manicure, academia? Isso aí não é... Não passou, não é atribuição nossa”. E concluiu: “Isso é uma decisão do presidente” (corona6:05-20/Ep).

(14) O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou nesta quinta-feira (22) em uma transmissão ao vivo ao lado do presidente Jair Bolsonaro que "é simples assim: um manda e o outro obedece" (corona7:10-20/G1).

Desde (11) e (12), é possível perceber um efeito de sentido gerado conexo ao campo do embate instituído entre as recomendações de uma autoridade técnica e as práticas do senso comum⁸. Por meio dos verbos utilizados em seu discurso, marcadamente em primeira pessoa, o então ministro da Saúde, Mandetta, patenteia o conflito instaurado entre saber e poder: “Eu posso recomendar (a não aglomeração), não posso viver a vida das pessoas”. Nesses termos, Bolsonaro, como autoridade máxima do país, mas, ao mesmo tempo, indivíduo que se identifica como pertencente à população em geral, faz emergir duas esferas emblemáticas do campo da divulgação de informações científicas: a esfera do técnico, do científico e a do leigo, do senso comum.

⁸ Ver enunciado (16).

Ou para além da esfera desta última, a inesperada escolha pela negação de fatos. Enfim, a construção verbal “posso recomendar”, conexas aos sentidos da “orientação”, do “direcionamento”, trazidas ao discurso de Henrique Mandetta, vincula-se ao campo técnico. Já as práticas (não só discursivas) adotadas por Jair Bolsonaro, ao da recusa em aceitar os elementos tecnicamente verificáveis.

Em (13), o introdutor de discurso relatado “reconheceu”, utilizado pelo jornalista, aponta, com efeito, a um “não reconhecimento”, a um não saber por parte do ministro, relacionado a medidas autoritárias indicadas pelo chefe do executivo. Nessa mesma linha estratégica, o binômio de forças contrárias combinadas, materializado no enunciado (14) pelo par mandar/obedecer, compõe o recuo publicamente exposto de seu último ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

No entanto, a dualidade mais inusitada reside mesmo no fato de a autoridade máxima conciliar a ausência do saber com a forte presença do poder. A dualidade de se postar desnudo da autoridade do saber, mas investido da do poder, se desenrola em sua relação com o Ministério da Saúde durante a pandemia. Após trocar por duas vezes ministros com perfil técnico – Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich – Bolsonaro determinou que a cadeira fosse ocupada por um militar que, por conta do respeito hierárquico inerente ao seu perfil profissional, se submeteria aos seus ditames, consoante enunciado (14). A autoridade suprema do país assume essas condutas em meio à maior crise sanitária já enfrentada pelo país, fazendo saídas surpresas em lugares públicos, junto a aglomerações e manifestações de cunho antidemocrático sem uso de máscara, bem como interpelando a população a não se acovardar perante o vírus. Desta forma, assume abertamente uma postura negacionista.

Em sua retórica peculiar, ao mesmo tempo que admitia desconhecimento, asseverava que escolheria os melhores, bem como desautorizava ou destituía aqueles que não partilhavam suas posições. Desta forma, de um lado, Bolsonaro se coloca acima de qualquer autoridade calcada no saber e na ciência. Por outro lado, ao falar e atuar como qualquer popular, assumindo sua ignorância técnica assemelhada com a população, não deixa de encenar sua franqueza desavergonhada e empoderada pelo cargo que ocupa. Desta forma, parece encarnar um personagem que busca estabelecer uma identificação direta com o povo.

Desde o convite ao enfrentamento do vírus com virilidade, enunciados (15) e (17), até a subestimação do real perigo a que o país se coloca, enunciado (16), a

autoridade menospreza o crescente número de mortos tanto do Brasil, quanto do mundo, atribuindo à população o ônus do enfrentamento da doença:

(15) “Essa é uma realidade, o vírus 'tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia (corona6:03-20/G1).

(16) "Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar não, tá ok? Se o médico ou o ministro da Saúde me recomendar um novo exame, eu farei. Caso o contrário, me comportarei como qualquer um de vocês aqui presentes", declarou Bolsonaro (corona9:03-20/UOL).

(17) "Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?" (corona10:11-20/UOL).

Seus discursos se materializam em enunciados que “enchem os pratos” para a divulgação de seu personagem. Os elementos linguísticos servidos se bosquejam por designações que intentam enfraquecer o tamanho da problemática, marcadas, por exemplo, pelo diminutivo no nome “gripezinha” e, de certo modo, também evocado na caracterização “maricas”, utilizada pejorativamente. Esta adjetivação, construída por derivação do nome Maria, no diminutivo, reforça um estereótipo antagônico relacionado a um preconceituoso campo da virilidade tão enfatizada pelo presidente.

Desse modo é que se personaliza o exercício do poder se afastando da figura do estadista que se atém aos cuidados com a *res pública* – da coisa pública – e ao respeito às instituições e às mediações democráticas, para buscar encarnar o personagem do caudilho, do “pai dos pobres”, do “salvador da pátria”, do “caçador de marajás”, entre outras figuras análogas. Neste caso, em especial, “O Mito”, tal qual costumam manifestar seus seguidores mais apaixonados. Desta forma, compõe a sua persona com traços que o aproximam da *personalidade autoritária* descrita por Theodor Adorno em seus ensaios sobre psicologia social e psicanálise.

Para caracterizar a performatividade discursiva de Bolsonaro, seria interessante considerá-la para além de seu conteúdo e da maneira como supostamente se despe das formas mais conhecidas dos discursos de autoridade. Para tanto, nos parece fecundo cotejá-lo com a performatividade do demagogo autoritário tão característica da

propaganda fascista analisada por Adorno. Ademais, cabe lembrar todo o contexto de crise, precarização e fragilização que impacta a subjetividade dos mais vulneráveis, tendendo a favorecer o tipo de vínculo a ser forjado com tais populações, através das mídias, redes sociais e meios de comunicação de massa.

Em seu ensaio *Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista* de 1951, partindo de um balanço das pesquisas e estudos realizados sobre os discursos dos agitadores fascistas norte-americanos, Adorno procura fazer um diagnóstico dos vínculos que se estabelecem entre os sujeitos que o aderem e o próprio demagogo fascista. Isso, a partir do modo como os discursos são praticados.

De pronto, chama a atenção o que o filósofo destaca do conjunto analisado de tais discursos. Primeiramente, que os pronunciamentos procuram angariar seguidores, baseando-se mais em cálculos psicológicos do que através de discursos racionalmente fundamentados. De acordo com o autor, o propósito de tais discursos é instigar metodicamente a “psicologia das massas”. Para tanto, Adorno se vale do texto *Psicologia de grupo e análise do eu* de Freud publicado em 1922. O filósofo frankfurtiano postula encontrar neste texto as bases para o entendimento da constituição do vínculo do indivíduo aos movimentos de massa que aderem ao discurso autoritário/fascista.

Adorno encontra um forte indício para construir o cerne de seu argumento quando faz notar que, após a primeira guerra mundial, Freud dirige sua atenção para os problemas do narcisismo e do eu em sua íntima relação com os conflitos pulsionais das subjetividades vulnerabilizadas, enquanto uma das questões mais candentes daquele tempo de crise. Para o psicanalista vienense, o problema da psicologia das massas estava estreitamente relacionado a um novo tipo de sofrimento psicológico associado ao declínio e enfraquecimento dos indivíduos, em vista de sua fragilização por razões socioeconômicas e políticas associadas a dados momentos de crise.

Neste sentido, Adorno acompanha o raciocínio de Freud, por meio do qual este, afastando hipóteses interpretativas frágeis, tais como as que evocariam um suposto “instinto gregário” das massas, parte da seguinte suspeita: sobre filhos de uma sociedade liberal competitiva e individualista, caberia melhor interrogar qual a razão para tais homens modernos, constituídos em sua mais aprimorada individualidade, retornarem a padrões de conduta incompatíveis com o nível de racionalidade e o grau de civilização alcançados nas sociedades europeias esclarecidas. Em outras palavras, ele

procurava descobrir quais processos psicológicos transformavam indivíduos em massa (ADORNO, 2007⁹, p. 159).

A ideia de Adorno é colocar o empreendimento de Freud em sintonia com o cerne das intenções da manipulação autoritária da propaganda fascista. Qual seja: arrebanhar o apoio de multidões para objetivos altamente incompatíveis com seu próprio auto-interesse racional. Logo, o demagogo autoritário só pode empreendê-lo criando artificialmente o vínculo que Freud diagnostica em sua psicologia de grupo.

Por conseguinte, trata-se de investigar a natureza do vínculo entre o discurso autoritário/fascista que procura se estabelecer a partir de uma conexão direta com as massas. De acordo com a abordagem psicanalítica adotada por Adorno, tal vínculo é de natureza libidinal. Mais uma vez apoiado em Freud, o filósofo coloca em destaque a dimensão intensamente prazerosa implicada nas situações em que o indivíduo se abandona de forma apaixonada ao se deixar ser absorvido na massa. Neste caso particular, trata-se de analisar o que se coloca em jogo em tais situações, sobretudo no que tange aos aspectos dinâmicos relativos à instância do “eu” na economia do narcisismo mediante um processo de identificação.

Sob a instância do “eu”, a identificação com as massas

De acordo com Adorno, o processo que converte a libido no vínculo entre líder e seguidores, bem como entre os próprios seguidores, é o da identificação. Em tal processo destaca-se o papel do narcisismo na maneira como o indivíduo se implica na formação de grupos autoritários/fascistas. Cabe-nos descrever como se trama este laço de identificação.

É por meio de uma idealização de si mesmo que o líder autoritário/fascista busca promover este vínculo. Tendo em conta a situação de fragilidade egóica em que as pessoas que pretende arrebanhar se encontram, o líder explora a condição conflitual desencadeada pelos contínuos fracassos das pessoas em satisfazer as demandas do próprio eu. Tal conflito desencadeia tensões narcísicas intensas lançando os indivíduos em uma condição de desamparo para a qual seus aparelhos psíquicos buscam uma saída. Por meio da transferência parcial da libido narcísica ao líder enquanto ideal de eu, estes impulsos são imantados pela imagem do líder poderoso, através de um processo de identificação, uma vez que o “eu” do indivíduo encontra-se despotencializado e

⁹ Publicado originalmente em “Psychoanalysis and the Social Sciences” 3, (1951).

libidinalmente desinvestido. Desta forma, a imagem forte do líder se faz corresponder, por compensação identificatória, ao empoderamento dos sujeitos, assim como o conjunto dos indivíduos constituídos em massa identificada com o líder confere a este seu empoderamento correspondente.

Para Adorno, a propaganda autoritária/fascista, não tendo como obter a adesão das massas por meio de argumentos racionais, orienta seu discurso no sentido de mobilizar processos inconscientes regressivos. Tal propósito é facilitado pelo estado subjetivo fragilizado em que se encontram os estratos mais precarizados e vulnerabilizados da população expostos sistematicamente a frustrações para as quais não encontram resposta, padecendo, por esta razão, de um estado de espírito mais predisposto a adesões passionais irracionais. Neste sentido, as enunciações discursivas artificialmente simplificadas que buscam produzir supostos culpados, supostas causas, pseudo-explicações para a situação em que se encontram tais pessoas, tendem a encontrar guarida em seus espíritos frustrados e desamparados. Produz-se assim, de forma artificial, o laço afetivo que une o líder e os seguidores.

A eficácia da propaganda conta com o uso que se faz do imaginário do senso comum. Jogando com tal imaginário, ela se dispensa da tarefa mais dispendiosa de promover transformações reais. Trabalhando com a repetição e a redundância associadas a tal imaginário, busca consolidar os laços que vinculam as massas ao seu viés autoritário.

Apoiada em tal prevalência, a propaganda autoritária/fascista converte sua inconsistência racional em racionalidade do ponto de vista da economia afetiva – libidinal – que ela mesma busca engendrar. Não resta dúvida que o cerne de tal propaganda consiste em promover um afluxo de investimento pulsional em favor de sua psicologia das massas reacionária. Não obstante, para Adorno, isto não constitui uma prerrogativa exclusiva do fascismo. Mesmo processos políticos mais progressistas podem degenerar em movimentos de massa conservadores, uma vez que os laços entre a população e os poderes constituídos sejam fragilizados e/ou desfeitos. (ADORNO, 2007, p. 185)

Neste sentido, tendo em vista o que procuramos expor e analisar, podemos depreender que os fenômenos ligados ao autoritarismo e ao fascismo não se reduzem a sua ocorrência histórica, não se reduzem aos regimes de governo totalitários tal como emergiram historicamente na década de 30. Há também um modo de funcionamento do autoritarismo/fascismo que é de natureza psicossociológica inerente ao nosso atual

momento histórico. Vale dizer, as condições de emergência dos fenômenos autoritários e suas manifestações extremas, podem encontrar diferentes graus de expressão a depender de determinadas configurações que conjugam fatores de ordem social com fatores de ordem psicológica. Dito de outra maneira, os fenômenos de identificação com processos autoritários demonstram que os indivíduos modernos, em determinadas condições, não estão imunes a possíveis regressões autoritárias.

De um lado, considerando que determinadas condições de fragilidade e desamparo tornam os indivíduos mais suscetíveis e receptivos ao discurso autoritário, bem como, de outro, que processos discursivos modulam subjetividades, pode-se compreender então como se dá a adesão a tal discurso. O que se passa nestes processos de identificação é uma internalização da submissão ao autoritarismo. Para que os indivíduos internalizem a submissão ao poder autoritário é necessário que se produza uma ligação afetiva entre estes indivíduos e a figura do líder por ele personalizado. Os indivíduos passam a demandar do poder ordem, segurança, e todo tipo de promessa de ação enérgica contra as sensações que lhes aparecem como ameaça e/ou perigo de desamparo. Muitas vezes irônicas, ou até mesmo cínicas, tais sensações são produzidas pela própria lógica do poder instituída. Eis aí o caráter nitidamente paradoxal dos vínculos que se estabelecem entre os seguidores e os líderes autoritários.

Se consideramos o alto potencial disseminatório que hoje temos através do imenso volume de disparos de notícias falsas pela internet por meio de robôs através das redes sociais, podemos estimar o efeito multiplicador que tal estratégia tem para angariar adeptos junto às massas. Bolsonaro e aqueles que o apoiam em seu governo, souberam se valer de tais estratégias discursivas diante da pandemia. Construiu uma narrativa que tenta sustentar que o contato com o vírus é inevitável e que a população mais vulnerável precisa sair para trabalhar e garantir seu “ganha pão”.

A autoridade máxima do Executivo se contrapôs aos governadores quanto à adoção de medidas de isolamento e distanciamento social e “lavou as mãos” dizendo que não tinha o que fazer, uma vez que o Supremo Tribunal Federal havia decidido que Distrito Federal, estados e municípios tinham autonomia para tomar medidas em relação à pandemia, mesmo que essa decisão tenha deixado explícito que essa autonomia não inviabiliza medidas do governo federal em relação à crise.

Oscilando entre a ameaça, a recusa e a omissão, Bolsonaro se caracterizou pela ausência de um programa mais proativo relacionado à crise sanitária. Não obstante, o apoio da população a seu governo se manteve chegando até a aumentar nas pesquisas de

opinião. Pode-se creditar este fenômeno a aspectos da conjuntura de fragilidade a que estava exposta a população, bem como ao manejo das demandas que o governo soube realizar.

Eu não sei se concluímos por aqui

Da afamada aula inaugural de Foucault no *Collège de France* (1970), podemos depreender a diligência do filósofo em torno de questões pertinentes ao cerceamento e ao controle exercidos sobre os discursos na sociedade. Foucault desvela relações entre práticas discursivas e poderes que as atravessam. Na visão do filósofo, o discurso é o próprio poder de que queremos nos apoderar e não, simplesmente, uma tradução de lutas ou de sistemas de dominação.

Dentre as condições de funcionamento do discurso, uma das formas de restrição abordada por Foucault é o *ritual*. Segundo o autor, a mais superficial e visível, essa é a condição que define o grau de qualificação que o indivíduo deve possuir para ocupar posições ou formular enunciados. O ritual estabelece, além disso, gestos, comportamentos, circunstâncias e o conjunto de signos que acompanham o discurso, sendo, portanto, um mecanismo capaz de fixar “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de valor de coerção” (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Neste ponto, interessa-nos ponderar sobre o papel das autoridades evocadas nos discursos de divulgação de conhecimento. Esses discursos têm sua credibilidade tonificada pelos argumentos de autoridade, justamente por ser este o elemento esperado a ocupar determinada posição e o elemento qualificado para formular certo enunciado. Portanto, quer sejam agentes políticos do Estado, investidos do poder gestor, quer sejam técnicos científicos, empoderados pelo conhecimento acadêmico, quer sejam autoridades procedentes de quaisquer outros âmbitos, desde que, de algum modo, qualificados para assumir dada posição, têm eles seus discursos escoltados por signos que potencializam seus enunciados proferidos a um público geral.

Num contexto de crise(s) em saúde pública, discursos de autoridades são reportados em notícias, instituindo-as como agentes de constituição do saber e, nessa expectativa, os discursos conduzidos por vozes individuais estão relacionados a argumentos individualizados na voz de gestores, técnicos e especialistas. Assim sendo, argumentos de autoridades podem mesmo conduzir discursos pessoais franqueados em marcas de primeira pessoa. Essa materialização na língua é capaz de gerar efeitos de

sentidos distintivos no que se refere ao papel da autoridade, abalizando-se enunciados cujo enunciador ostenta maior ou menor grau de engajamento na prática discursiva, consoante dada enunciação.

No contato com os enunciados aqui trazidos, pudemos identificar que uma série de estratégias de lexicalização se faz presente para se constituir modalidades a partir, ilustradamente, de verbos. E desse empreendimento de tais verbos enquanto marcadores de primeira pessoa, pululam exemplos de discursos de autoridades através dos quais o locutor se exhibe explicitamente, à baila como performativos, construções verbais negativas, ou ainda, com toda uma gama de verbos de atitude proposicional relacionados à primeira pessoa do discurso.

Sabemos das diversas estratégias modais para, por exemplo, se engendrar efeitos de sentidos próximos à modéstia, caso do deslizamento de sentidos proporcionada por meio do *continuum* entre os verbos “achar” e “saber”, o que poderia estar conexo a um discurso mais ou menos autoritário. Não obstante, no caso emblemático da gestão da crise relacionada à pandemia causada pelo novo Coronavírus, no Brasil, o que pudemos perceber é a figura caricatural de uma autoridade que ultrapassa o polo do “achar”, em direção ao extremo polo da negação do “saber”. Prática discursiva essa que, embora pareça desarranjar o binômio saber/poder, configura-se em função de um aparato não só recorrente na história, dos fenômenos associados ao autoritarismo e ao fascismo, mas também de natureza psicossociológica conexo ao nosso atual momento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Ensaio sobre psicologia social e psicanálise. Trad. de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

FERRERO, C. L. **A mescla de vozes em artigos jornalísticos**: o caso da “Vaca Louca”. In: GOMES, M. C. A.; CATALDI, C. MELO, M. S. S. (Org.). Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares. Viçosa- MG: Ed. UFV, 2011, p. 93-110.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, M. (1969). **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

NOCCIOLI, C. A. M. **Vírus da Zika e microcefalia: discursos de autoridades na mídia brasileira on-line**. 338 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/194410>>.

ANEXO

Informações e codificação para identificação dos textos que compõem o *corpus*

Título	Portal	Seção	Dia/ Mês	Ano	Código	Link de Acesso
Relação entre microcefalia e zika só foi descoberta graças ao Brasil, diz órgão de saúde europeu	G1	Ciência e Saúde	28 jan. Mod. 29 jan.	2016	zika1:01-16/G1	http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2016/01/relacao-entre-microcefalia-e-zika-so-foi-descoberta-gracas-ao-brasil-diz-orgao-de-saude-europeu.html
Ministério da Saúde muda forma de divulgar casos de microcefalia	G1	Bem Estar	17 fev. Mod. 17 fev.	2016	zika2-02-16-G1	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/ministerio-da-saude-muda-forma-de-divulgar-casos-de-microcefalia.html
Governo anuncia R\$ 1,2 bilhão para pesquisas sobre o vírus da zika	G1	Bem Estar	23 mar. Mod. 23 mar.	2016	zika3:02-16/G1	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/03/governo-anuncia-mais-de-r-1-bilhao-para-pesquisas-sobre-o-virus-da-zika.html
Cientistas descobrem como vírus da zika se comporta no cérebro de bebês	G1	Bem Estar	10 mai. Mod. 10 mai.	2016	zika4:05-16/G1	http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/cientistas-descobrem-como-virus-da-zika-se-comporta-no-cerebro-de-bebes.html
Novo estudo anglo-brasileiro reforça relação entre Zika e microcefalia	G1	Bem Estar	16 set. Mod. 16 set.	2016	zika5:09-16/G1	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/novo-estudo-anglo-brasileiro-reforca-relacao-entre-zika-e-microcefalia.html
Butantan espera testar vacina de zika em humanos em dois meses	G1	Bem Estar	20 set. Mod. 20 set.	2016	zika6:09-16/G1	http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/09/butantan-espera-testar-vacina-de-zika-em-humanos-em-dois-meses.html
STF pode julgar aborto em caso de zika até fim do ano, diz Cármen Lúcia	G1	Política	23 set. Mod. 23 set.	2016	zika7:09-16/G1	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/stf-pode-julgar-aborto-em-caso-de-zika-ate-fim-do-ano-diz-carmen-lucia.html
'Brasil está no fundo do poço por causa dos economistas', diz Bolsonaro	UOL	Economia	02 set.	2019	corona1:09-20/UOL	https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/09/02/brasil-esta-no-fundo-do-poco-por-causa-dos-economistas-diz-bolsonaro.htm

'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus	G1	Política	20 abr.	2020	corona2:04-20/G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml
'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'	G1	Política	28 abr.	2020	corona3:04-20/G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml
Mandetta defende manter 'máximo grau de isolamento social'	G1	JN	30 mar.	2020	corona4:03-20/G1	https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/30/mandetta-defende-manter-maximo-grau-de-isolamento-social.ghtml
Mandetta: pessoas que descumprem isolamento serão as mesmas que vão se lamentar	UOL	Cotidiano	11 abr.	2020	corona5:04-20/G1	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/11/mandetta-pessoas-que-descumprem-isolamento-serao-as-mesmas-que-voe-se-lamentar.htm
'Saiu hoje?': surpresa de Teich em vídeo sinalizou ruído com Bolsonaro	Época		15 mai.	2020	corona6:05-20/Ep	https://epoca.globo.com/brasil/saiu-hoje-surpresa-de-teich-em-video-sinalizou-ruido-com-bolsonaro-24428806
'É simples assim: um manda e o outro obedece', diz Pazuello ao lado de Bolsonaro	G1	Política	22 out. Mod. 22 out.	2020	corona7:10-20/G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml
Após provocar aglomeração durante passeio em Brasília, Bolsonaro volta a se posicionar contra o isolamento social	G1	Política	29 mar	2020	corona8:03-20/G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/29/apos-provocar-aglomeracao-durante-passeio-em-brasilia-bolsonaro-volta-a-se-posicionar-contr-o-isolamento-social.ghtml
Depois da facada, não vai ser gripezinha que vai me derrubar, diz Bolsonaro...	UOL	Coronavírus	20 mar	2020	corona9:03-20/UOL	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/20/depois-da-facada-nao-vai-ser-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro.htm
Coronavírus: 'país de maricas' e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil	UOL	Cultura	11 nov	2020	corona10:11-20/UOL	https://cultura.uol.com.br/noticias/bbc/54902608_coronavirus-pais-de-maricas-e-outras-8-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia-que-matou-162-mil-pessoas-no-brasil.html

Submetido em: 01/09/2020.

Aprovado em: 20/11/2020.

Como referenciar este artigo:

NOCCIOLI, Carlos Alexandre Molina & MARTINS, Carlos José. Surto, epidemia e pandemia: discursos de autoridades brasileiras no contexto da (in)certeza. revista **Linguagem**, São Carlos, v.35, Número temático COVID-19. dezembro/2020, p. 85-113.